

**A**lcançados os objetivos da nova política econômica de Joaquim Murinho, o País vai desfrutar durante longos anos de preços estáveis. Entre 1898 e 1900 o custo de vida teria, inclusive, baixado 7,5%, com o papel moeda em circulação caindo 5,7%, em 1899, e 8,6%, em 1900. Até 1914 a elevação dos preços não vai além dos 2%, o que contrasta com o período do Encilhamento, definido pelo Visconde de Taunay de "asquerosa época", quando a torrente de emissões faz nascer empresas de papel e delirantes projetos, do tipo estradas de ferro transcontinentais etc.

Joaquim Murinho, como Adam Smith, John Maynard Keynes e Eugênio Guin, não teve uma formação convencional em economia. É um médico paulista que Campos Salles conduziu ao Ministério da Fazenda para trabalhar em seu período presidencial: 1898-1902. Murinho teria recebido uma forte influência de J. P. Wileman, em sua obra Brazilian Exchange, segundo Furtado, a primeira análise objetiva e sistemática da economia brasileira e das causas de sua tendência ao desequilíbrio externo.

### A mesma história

Mas o médico Murinho contava com a absoluta confiança do presidente, para quem a estabilidade econômico-financeira estava acima de qualquer projeto pessoal. A história se repetiria muitos anos depois, quando o presidente Castelo Branco entrega ao professor Octávio Gouvêa de Bulhões a tarefa de resgatar o Brasil da hiperinflação de 1964 e pede a seu ministro da Fazenda que lance as bases de uma nova política econômica.

O êxito de Murinho, como o de Bulhões, também vai muito além do limitado período de Campos Salles, mas, sem dúvida, deverá ter sido uma experiência bastante dura para quem a viveu. Basta recapitular as cifras do orçamento desses anos extremamente difíceis para o Brasil:

	Receita	Despesa (Cr\$ 1000)	Saldo Déficit
1898	324.053	668.113	344.060
1899	320.837	295.363	25.474
1900	307.915	433.555	125.640
1901	304.512	334.517	30.005
1902	343.814	297.721	46.093

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

Em outras palavras: para restabelecer o equilíbrio das forças econômicas, o ministro da Fazenda viu-se obrigado a reduzir a despesa de mais de 50% em curtíssimo prazo. Finalmente, em 1902, podia alcançar um invejável superávit. Quais os resultados do tratamento de choque posto em prática no governo Campos Salles? Segundo conta Celso Furtado, em sua **Formação Econômica del Brasil**, os êxitos vieram de muitas frentes. Diz Furtado, com notória insuspeição:

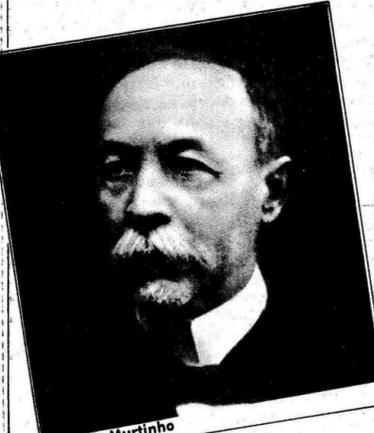
"A partir de 1898, a política de Murinho reflete um novo equilíbrio de forças. A redução do serviço da dívida através de um empréstimo de consolidação (1898), a introdução da cláusula ouro na arrecadação do imposto de exportação (1900), uma série de medidas de caráter deflacionário e um substancial aumento no valor das exportações — de 26.000.000 de libras em 1896-99 a 37.000.000 em 1900-3 — tornaram possível a recuperação do equilíbrio externo".

Para isso muito contribuiu a moratória negociada do início do governo Campos Salles. A taxa de câmbio, antes extremamente desfavorável e aviltante para a moeda nacional se eleva de 7 a 16 em apenas um quinquênio. Uma área distante e abandonada do território nacional se beneficia enormemente da política de Murinho. A participação da borracha — cultivada na Amazônia — no valor global das exportações brasileiras, avança de 10% (1890) a 39% em 1910.

### O café em São Paulo

Mas esse é também um período de vacas magras para a economia mundial. Com exceção de 1903, quando se desfrutou de alguma prosperidade, o tempo que antecede a I Guerra Mundial é bastante difícil. Às vésperas de explodir o conflito os preços declinam, e surge uma grande depressão nos Estados Unidos e Inglaterra.

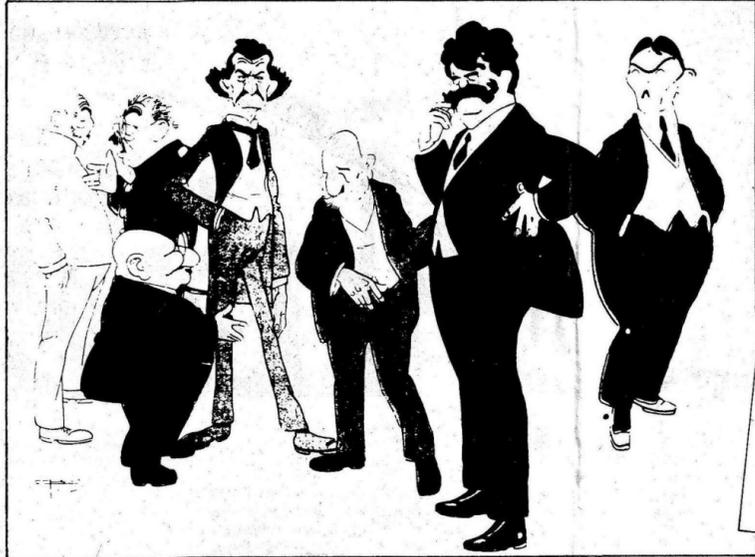
Nessa ocasião, a cultura do café, definitivamente integrada em São Paulo, vai exercer um papel protagônico. Tal atividade adquiriu grande importância no Brasil, a partir de meados do século XIX, quando o grosso da produção — cerca de 80% — se concentra no Estado do Rio de Janeiro; 7,8% em



Joaquim Murinho



Primeira Guerra: o Brasil perde suas exportações.



A crise, satirizada pela revista Careta.



# 1914: a segunda moratória brasileira.

Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, o Brasil adiou por 15 anos o pagamento de sua dívida, recorrendo outra vez à moratória, como em 1898.

Minas e apenas 12,1% em São Paulo. No início do século XX, porém, o Estado de São Paulo já dominava a produção de café com cerca de 65,2% das colheitas.

Essa dramática transferência do centro geográfico do café, provocada pela deliberada política do governo de São Paulo no sentido de atrair mão-de-obra européia para as fazendas, e lugar de escravos envelhecidos e pouco submissos à disciplina das plantações modernas, iria ter uma enorme repercussão no futuro desenvolvimento econômico nacional.

É também enorme o crescimento da produção da rubiácea. De 3,7 milhões de sacas por volta de 1891, avançamos a 16,3 milhões em 1902. E continuou crescendo, exatamente num período de depressão nos principais centros consumidores. Nessa conjuntura desfavorável era natural que os estoques de café se acumulassem e os preços caíssem. Mas o governo de São Paulo, cujo raio de ação fora extraordinariamente ampliado pela proclamação da República, decidiu intervir para frear a queda dos preços. Plantadores e tecnoburocratas reúnem-se em fevereiro de 1906, em Taubaté, para aprovar o Plano de Defesa dos Preços. Suas bases são: a) compra de excedentes pelo governo; b) financiamento das compras com empréstimos contraídos no Exterior; c) criação de um imposto cobrado em ouro para a cobertura dos empréstimos; d) limitação ao aparecimento de novas áreas para a cafeicultura. Para gerir o plano nasce o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, uma versão estadual do DNC e mais tarde do IBC.

O projeto de valorização dos preços não mereceu a cobertura federal, pois se temia um novo processo de endividamento e uma nova moratória. Mas graças à autonomia estadual, nascida com a República, São Paulo pode levar à frente a defesa das cotações. Era a primeira vez que o País conhecia a intervenção estatal para regularizar o mercado e proteger a economia privada.

Como todo processo artificial de regulação de mercado, o plano de valorização do café também trazia consigo

o veneno mortal que provocava, tempos depois, a derrubada dos preços. Nem mesmo um consagrado defensor de intervencionismo estatal, como o professor Celso Furtado, deixou de ignorar o fenômeno, ao escrever em **La Crise de la Economia Cafetalera**:

"O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores foi bem concebido. Contudo, deixava a descoberto um lado do problema. Ao se manter firmes os preços, era evidente que os lucros se manteriam elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam sendo atrativos para os capitais que nasciam com ele. Em outras palavras, os investimentos nesse setor se manteriam em alto nível, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa maneira, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta e criava um problema ainda maior para o futuro".

Segundo uma análise da revista **Conjuntura Econômica** (1948) a política de valorização, iniciada com o Plano de Taubaté, significou uma inversão de 15 milhões de libras para que fosse possível retirar do mercado 8,5 milhões de sacas de café de 60 quilos. Durante algum tempo os cafeicultores lograram êxito e desfrutaram de alguma tranquilidade. Mas os estímulos artificiais iriam provocar um agudo desequilíbrio estrutural entre a oferta e o consumo do produto. Já estavam as raízes do gigantesco colapso que iria chegar com a crise de 1930.

Uma fase de prosperidade da economia internacional vai alentar o desempenho brasileiro no início do segundo decênio do século XX. Os preços-ouro de nossos produtos se elevaram do índice 65 (1909) a 121, em 1912. A taxa de câmbio se manteve estável na casa dos 16. Para melhorar a situação nacional, muito contribuiu uma exportação recorde de borracha: 42.000 toneladas ao preço de 62 libras-ouro.

Apesar do extraordinário crescimento da receita, de 450 milhões de cruzeiros em 1909 a 615 milhões em 1912, persistem os déficits orçamentários. Um **vermelho** estimado em 130 milhões de cruzeiros anualmente. A história do final do século XIX vai

repetir-se. Voltam as emissões e o meio circulante alcança também um recorde histórico: um bilhão de cruzeiros.

O País também retoma o velho hábito de apelar para o crédito externo. Em pouco tempo somamos outros 32 milhões de libras esterlinas à dívida externa do País. As remessas, em juros e amortizações do principal, alcançam cerca de 12 milhões de libras. Para cobri-las, o País devia empenhar integralmente as divisas produzidas pelo saldo da balança comercial.

Em função da crise econômica que surpreendera em 1910 os países do centro, principalmente Estados Unidos e Grã-Bretanha, dois anos mais tarde chega a vez de o Brasil suportar graves turbulências. Em 1913 a crise avança a um ponto crítico. Os preços-ouro de nossos produtos de exportação despencam. Em alguns casos caem pela metade. Os indicadores do comércio alcançam níveis mínimos. A indústria dispensa operários e chega a reduzir suas horas de trabalho. No eixo Rio — São Paulo o desemprego é alarmante. Uma série de obras públicas permite a derrubada dos velhos e infectos casarões do centro da cidade e ameniza o desemprego. Mas o Tesouro está com o seu crédito abalado sob a pressão de uma dívida exigível de 213 milhões de cruzeiros.

Já agora nenhuma política de valorização dos preços pode salvar o café. O valor da saca de 60 quilos despensa dos 58 cruzeiros. A retração nas vendas faz com que se negocie o produto a 36 cruzeiros. A renda do café desce do patamar de 654 para 404 milhões de cruzeiros.

### A moratória

A situação econômico-financeira é crítica. Um empréstimo de 10,7 milhões de libras contraído em 1913 é insuficiente para atender a esse mar de necessidades. Uma terça parte — 3,2 milhões de libras — deve ser empregada no resgate inadivável de títulos. É a rolagem da dívida que vai ampliar mais a dívida.

No ano seguinte a situação se agrava com o início da Primeira Guerra

Mundial. Os transportes marítimos duramente atingidos são cada vez mais limitados. As rendas de exportação voltam a cair. A conjuntura é crítica: A inadimplência, inevitável. O Brasil vê-se obrigado a recorrer à sua **segunda moratória**.

Como se faz a postergação da dívida? Em primeiro lugar, o governo consolida os empréstimos anteriores numa única dívida de cerca de 14,5 milhões de libras esterlinas. Os juros vão a 5% a.a. A amortização do principal fica adiada para o ano da graça de 1927. Ao contrário do que ocorrera em 1898, desta vez o governo não necessita vender navios de guerra ou aceitar a presença de fiscais estrangeiros na alfândega do Rio de Janeiro.

No front interno volta a desordem financeira. Para liquidar sua dívida interna, o País recorre outra vez ao expediente das emissões. Entre 24 de agosto e 29 de setembro de 1914, são lançadas obrigações do Tesouro estimadas em 250 milhões de cruzeiros. Quase o valor da arrecadação federal. A taxa de descontos logo chegaria aos 11%.

Mas a Primeira Guerra Mundial, com o virtual bloqueio da atividade econômica, vai permitir um gigantesco salto ao País. Tudo o que vem de fora deve ser elaborado dentro do território nacional. Nesse tudo estão principalmente os gêneros alimentícios importados: banhas, extratos, conservas, carnes congeladas, manteiga, sebo e charque. Um relatório do governo Wenceslau Brás assinala:

"Devido à conflagração universal, houve uma profunda modificação no comércio exterior do Brasil. Alguns dos produtos denominados clássicos sofreram grande redução de exportação, ao passo que outros a tiveram extraordinariamente aumentada. O mais interessante, entretanto, é a incorporação de novos produtos ao grupo dos artigos mais exportados e o quase desaparecimento de outros do quadro da importação brasileira, devido aos embaraços que em dado momento se tornaram insuperáveis, quanto aos transportes marítimos, e também a imprescindíveis necessidades do consumo interno nos países estrangeiros. Sobretudo no que concerne aos gêneros alimentícios foi notável esse fenômeno".

### A modernização

De fato, a I Guerra vai permitir que o País substitua a importação de sete artigos de origem animal (manteiga, banha, charque, etc.), e produza um montante de 146.000 toneladas desses gêneros, o que representa uma economia de divisas da ordem de 16,5 milhões de libras esterlinas.

As cotações externas também sobem durante o conflito; e o País pode diversificar sua pauta:

Diz o governo Wenceslau Brás: "Só em seis artigos de produção vegetal (açúcar, farinha, feijão, batata, arroz e milho), o acréscimo no mesmo período é de 171.000 toneladas, no valor de 600.000 libras esterlinas".

Com exceção do café, cujas cotações permanecem inalteradas, sobem os preços do algodão, do cacau, do fumo e triplicam os índices do açúcar.

O poder aquisitivo da população também cresce bastante para permitir que o mercado interno absorva aqueles produtos anteriormente importados. O economista Alberto Passos Guimarães estima que após a I Guerra a população brasileira podia absorver entre 10 e 20% da produção de café e cacau e cerca de 30% da produção de açúcar. A metade da produção de fumo e 30% da produção de algodão também podem ser colocados dentro de nossas fronteiras.

Tal processo de substituição de importações atrai novos capitais, principalmente da área cafeeira, a essa altura incapaz de manter seus anseios de valorização dos preços. O Brasil vai dar uma grande arrancada e libertar-se de uma conjuntura extremamente penosa. De fato, por volta de 1920 a renda **per capita** nacional não chegaria aos cem dólares. Segundo Simonson, cerca de 70% de nossos 27 milhões de habitantes vivem no campo. O consumo de cimento era irrisório: 173 mil toneladas anuais. O ferro não ia além das 85 mil toneladas e ambos produtos chegam do Exterior a preços consideráveis. O querosene Jacaré ainda iluminava o Brasil já que nossa potência elétrica estava em torno de 367 mil KW.

### A locomotiva avança

Nas proximidades de 1920 começa a grande arrancada do processo brasileiro de industrialização, com São Paulo na cabeça. A locomotiva paulista impaciente, começa a avançar com as caldeiras a pleno vapor. Nada parecia capaz de deter sua marcha inexorável, no rumo do desenvolvimento econômico. No decorrer dos anos 20, nosso produto real cresce em torno de 4% ao ano. No setor de transportes alcançamos uma cifra gloriosa, 8,1%. Surgem as manifestações pioneiras da siderurgia e as primeiras fábricas de cimento, antes totalmente importado. O País anseia por renovar-se estruturalmente.

Mas como não há bem que sempre dure, a locomotiva brasileira vai chocar-se finalmente com um obstáculo intrasponível: o craque de 1929 e os anos da **Grande Depressão** que conformam a crise de 1930. A locomotiva econômica deve parar e resfolegar antes de fazer uma nova marcha a pleno vapor.